

## **IDENTIDADES LGBTTTQIA+ E DOCÊNCIA: Desafios cotidianos**

### **LGBTTTQIA + IDENTITIES AND TEACHING: Everyday challenges**

Bruno Henrique Almeida da Silva<sup>1</sup>

Cássia Cristina Furlan<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa buscou refletir sobre os desafios e potenciais barreiras relacionadas aos preconceitos direcionados a docentes LGBTTTQIA+ durante a sua atuação profissional e como questões relacionadas a gênero, sexualidades e LGBTfobia podem interferir, de alguma forma, no processo de aceitação do profissional por parte dos envolvidos (escola/família) com a educação. Pretendeu-se, também, enfatizar a importância da igualdade entre as pessoas dentro da sociedade na percepção de seus papéis e comportamentos e as interferências no contexto educacional. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica e, paralelamente a esta, foram realizadas entrevistas com docentes LGBTTTQIA+, coletiva e individualmente, através da plataforma Google Meet. Percebeu-se a existência de muitas barreiras relacionadas ao preconceito, principalmente dentro da escola, demonstrando que um longo caminho já foi percorrido na direção do respeito à diversidade, mas que há ainda muito a ser feito visando uma sociedade mais justa e respeitosa.

**Palavras-chave:** LGBTfobia. Gênero. Sexualidade. Educação.

**Abstract:** This research sought to reflect on the challenges and potential barriers related to prejudices directed at LGBTTTQIA+ teachers during their professional performance and how issues related to gender, sexualities, and LGBTphobia can interfere, in some way, in the process of acceptance of the professional by those involved ( school/family) with education. It was also intended to emphasize the importance of equality between people within society in the perception of their roles and behaviors and the interference in the educational context. Initially, a literature review was carried out and, in parallel, interviews were conducted with LGBTTTQIA+ teachers, collectively and individually, through the Google Meet platform. It was noticed the existence of many barriers related to prejudice, mainly within the school, demonstrating that a long path has already been traveled in the direction of respect for diversity, but that there is still a lot to be done aiming at a fairer and more respectful society.

**Keywords:** LGBTphobia. Gender. Sexuality. Education.

## **INTRODUÇÃO**

Neste artigo analisamos alguns aspectos do dia a dia de alguns professores/as que se consideram como parte do que hoje conhecemos como LGBTTTQIA+ (lésbicas, gays,

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). E-mail: brunoalmeida50@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente do curso de Educação Física da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Email: cassiafurlan@ufgd.edu.br

bissexuais, travestis, transexuais, Queers, Intersexo e Assexuais)<sup>3</sup> e os desafios enfrentados no contexto educacional.

Como uma pesquisa que se propõe a dialogar e propiciar reflexões acerca dos modos como professores/as LGBTTTQIA+ vivenciam o cotidiano escolar, é importante localizar experiências que propiciaram o interesse por esse objeto investigativo. Nesse contexto, localizo minhas vivências<sup>4</sup> como sujeito que sofre as interferências desta sociedade e que precisa lidar cotidianamente com as negociações advindas da assunção de uma identidade LGBTTTQIA+, sobretudo na escolha da profissão docente.

Sou nascido e criado em Dourados/MS e, nessa sociedade, tenho vivenciado várias situações relacionadas à intolerância no que diz respeito a minha identidade sexual, inclusive dentro da minha própria família. Sou filho de uma mãe solo e tenho duas irmãs, sendo a mais nova, mulher trans desde os 12 anos de idade e já ouvimos comentários do tipo: “coitada, tem uma filha biscate e dois filhos viados”. Como consequência, venho refletindo sobre como enfrentar todo tipo de hostilidade relacionado ao meu ser, pensando inclusive de que maneira essas situações refletem nos aspectos relacionados à vida profissional, já que almejo ser professor e, com essa perspectiva, sinto a necessidade de transformar a prática educativa buscando em minha prática cotidiana desconstruir e minimizar estereótipos e preconceitos ligados aos modos como a sociedade enxerga a população LGBTTTQIA+.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou refletir sobre os desafios e potenciais barreiras relacionadas aos preconceitos direcionados a docentes LGBTTTQIA+ durante a sua atuação profissional e como questões relacionadas a gênero, sexualidades e LGBTfobia podem interferir, de alguma forma, no processo de aceitação do/a profissional por parte dos envolvidos (escola/família) com a educação. Pretendeu-se, também, enfatizar a importância da igualdade entre as pessoas dentro da sociedade na percepção de seus papéis e comportamentos e como isso interfere no contexto educacional.

O pesquisador Fernando Seffner (2006, p. 91 - 92) ressalta que:

A crença socialmente institucionalizada segundo a qual existira apenas um modo legítimo de viver as masculinidades e as feminilidades e uma única forma ‘sadia e normal’ de expressar-se sexualmente a heterossexual - vem fazendo com que os sujeitos que não se adequam nessa representação sejam colocados e se sintam a margem, como ‘desviantes’, ‘aberrações’, ‘contra a natureza’.

---

<sup>3</sup> Importante ressaltar que o movimento tem construído diferentes siglas para identificar-se, como por exemplo: LGBTTIA, LGBTTTQIA+, porém neste trabalho utilizarei apenas a sigla LGBTTTQIA+.

<sup>4</sup> Como primeiro autor do texto. Assim, o texto entrelaçará o uso da primeira pessoa, quando há a necessidade de situar o contexto de vivência do autor (uso teórico-político da estratégia discursiva), transitando, em alguns momentos, para a escrita na terceira pessoa do plural.

Existem muitos desafios para esses/as profissionais em sua integração no âmbito educacional, e, portanto, há uma necessidade de se pesquisar as temáticas relacionadas. Os estudos de gênero e sexualidade procuram explicitar de que forma as questões ligadas à constituição das identidades se alinham às perspectivas históricas, culturais e sociais, buscando enfatizar o processo de construção dessas identidades questionando a naturalização binária e normativa acerca dessas representações.

Guacira Lopes Louro (2007, p. 204) ao discutir sobre a temática enfatiza:

Sei que a sociedade trata desigualmente esses sujeitos e valoriza diferentemente essas práticas. Sei que tudo isso é atravessado e constituído por processos de classificação, hierarquização, de atribuição de valores de legitimidade e ilegitimidade, que sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou ousem experimentar. Sei que tudo isso está, seguramente, embaralhado com questões de poder. E aqui encontro justificativa não apenas para refletir, mas para ensaiar estratégias que, eventualmente, possam perturbar ou alterar, de algum modo, o ‘intolerável’.

Compartilhamos o ponto de vista da autora, colocando-nos enquanto pesquisadores/as e refletindo sobre a necessidade de não apenas explorar e entender a temática, mas também buscar maneiras de minimizar a intolerância, visando o respeito às diferentes identidades, com especial atenção para aquelas que não se enquadram dentro da “normalidade” cisheretopatriarcal<sup>5</sup> imposta pela sociedade.

A escola sendo considerada um local que abraça (ou deveria abraçar) a todas as pessoas precisa ser e estar sempre aberta ao diálogo. Para tal, necessita realizar o estímulo de reflexões sobre as realidades sociais existentes, promovendo pensamentos críticos entre seus integrantes. Existe a necessidade de debate sobre todas as formas de preconceito para que as pessoas que fazem parte do ambiente escolar sintam-se acolhidas em suas diferenças. Impedir o debate acerca de uma temática como a LGBTfobia na escola é legitimar o preconceito, independentemente da percepção ou da existência de casos explícitos dentro das instituições, silenciar estas discussões contribui para fortalecer a ignorância, invisibilizar identidades e preservar o preconceito. Acerca disso Louro (1997, p. 67) afirma:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da ‘norma’.

Nesse sentido, este trabalho justifica-se a partir de um silenciamento existente sobre a temática da diversidade sexual nas escolas, que por muitas vezes está entrelaçada a um

---

<sup>5</sup> cisheretopatriarcal é um termo que enfatiza que a discriminação exercida tanto sobre as mulheres como sobre as pessoas LGBTTQIA+.

modelo predominante de cultura escolar. Acreditamos que a assunção das identidades afetivo-sexuais dos sujeitos fora da norma cisheteropatriarcal possa motivar no âmbito escolar a difusão do respeito às várias identidades existentes e combater esses discursos de ódio que perpassam a realidade de muitas escolas.

Em seu artigo intitulado “Lgbtfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente” os pesquisadores Thiago Guilherme Calixto e Marlene Helena de Oliveira França (2016) ressaltam que a escola como agente educacional é influenciada pelos mais diversos valores sociais e religiosos e, por vezes, reproduz a heteronormalidade, trazendo o discurso segregador institucionalizado, mesmo que implicitamente, para dentro da sala de aula. Sem dúvidas, o silenciamento da escola por meio de práticas pedagógicas e a ausência de políticas públicas que combatam ou minimizem os efeitos da LGBTfobia no âmbito escolar, contribuem para institucionalizar uma violência que por mais que se queira esconder tem sido cada vez mais visível no ambiente escolar, sobretudo por parte de quem é o alvo principal.

A pesquisa que deu origem a este artigo buscou entender quais são os obstáculos no dia a dia de professores/as LGBTTQIA+. Visamos problematizar: quais os processos simbólicos, culturais, históricos e linguísticos que interferem na constituição das identidades desses/as sujeitos LGBTTQIA+ e se consubstanciam na prática docente e no cotidiano escolar?

Para tanto, buscamos analisar e compreender o cotidiano profissional de professores/as LGBTTQIA+, problematizando de que modo os processos simbólicos, culturais, históricos e linguísticos afetam a constituição das identidades dessas pessoas em suas práticas educacionais e as formas de preconceito vivenciadas por esses sujeitos, promovendo reflexões acerca das formas de combate à LGBTfobia no ambiente profissional educacional visando a desconstrução de preconceitos pautados em uma visão heteronormativa dentro da escola e na constituição da profissão docente.

Para discutir sobre a LGBTfobia no âmbito escolar, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica com os/as estudiosos/as que escrevem acerca desta problemática, por meio de artigos científicos, livros e sites da internet. Paralelamente a pesquisa bibliográfica foram realizadas entrevistas com docentes LGBTTQIA+. As entrevistas foram realizadas coletiva e individualmente onde os professores preferiram dialogar juntos numa mesma reunião enquanto as professoras, algumas por motivos relacionados a tempo, outras por motivos de privacidade, preferiram conversar em particular.

Como técnica de coleta de dados, utilizamos o depoimento, que se situa no âmbito da história oral.

Neste estudo, utilizamos a história oral como uma técnica, por meio da coleta dos depoimentos dos educadores [...]. O depoimento é uma das formas possíveis de se colherem dados, quando se objetiva [...] a obtenção de declarações de um sujeito sobre algum acontecimento do qual ele tenha tomado parte, ou que ele tenha testemunhado. [...] trata-se de uma construção que cada indivíduo elabora a partir de uma realidade cognoscível. Nesse sentido, os depoimentos permitem acesso a uma realidade demarcada pelas vivências de cada entrevistado (SANTOS, 2005, p.6).

Abaixo segue uma tabela para referenciar os/as professores/as entrevistados/as identificados com nomes fictícios a fim de preservação das identidades dos/as mesmos/as.

**Quadro 1 – Informações sobre os (as) entrevistados (as).**

Nome	Idade	Cidade	Gênero	Religião
Maria	43 anos	Dourados/MS	Transexual	Sem religião
Alice	26 anos	Dourados/MS	Feminino	Católica
Fabiana	36 anos	Dourados/MS	Feminino	Sem religião
João	32 anos	Dourados/MS	Masculino	Católica
Pedro	34 anos	Dourados/MS	Masculino	Católica
Hugo	38 anos	Dourados/MS	Masculino	Católica

Fonte: Organização do autor, 2021.

A partir da análise das entrevistas, algumas categorias foram construídas para subsidiar o debate propiciado por esta pesquisa, quais sejam: experiência da docência “fora do armário”; Transexualidade na docência; o preconceito no ambiente escolar; e, educação para a sexualidade e a formação docente.

## EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA “FORA DO ARMÁRIO”

Sabemos que os desafios de ser docente são inúmeros e quando se é docente homossexual esses desafios se dilatam consideravelmente, pois o preconceito ainda existe na nossa sociedade. Percebemos que muitos/as professores/as preferem manter a sua identidade sexual velada e permanecem no que conhecemos como dentro do armário.

Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – *closet*) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. Portanto, haveria apenas uma resposta aceitável para o dilema (repetindo uma frase de Spargo, *to come home, of course, you first had to ‘come out’*): para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se ‘assumissem’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição (LOURO, 2001, p. 543).

Analisando as palavras da pesquisadora podemos perceber que esse reconhecimento é individual e dentro da comunidade se torna indispensável. Porém, no ambiente escolar essa

situação acaba sendo analisada de outra forma, pois o nível de aceitação é outro e para evitar algum tipo de ‘problema’ muitas vezes o/a docente prefere manter-se dentro do armário. Podemos observar isso ao analisarmos as entrevistas realizadas com os/as professores/as.

Nas referidas entrevistas, uma das questões indagava sobre a necessidade da omissão da identidade afetivo-sexual no ambiente de trabalho. Dois dos entrevistados externaram a preocupação relacionada à influência que poderiam causar nos/as alunos/as e possivelmente problemas com as famílias. Nesse caso, ambos disseram que prefeririam omitir sua identidade afetiva-sexual, conforme podemos observar na citação abaixo:

Em relação à escola, não sei se seria a necessidade de omitir, mas já omiti sim. Principalmente falando com alunos. A escola onde dei aula é uma escola com público rural e tradicional e talvez por isso eu tenha sentido a necessidade de me omitir pra não ter problemas. Uma coisa é saber, a maioria sabe, outra coisa é o professor falar e bater no peito, eu sou, pode soar como um tipo de influência para a família (JOÃO).

Já o restante dos/as entrevistados/as se pronunciou contra uma omissão de suas identidades afetivo-sexuais ressaltando não ter problemas quanto a falar sobre esse assunto com os/as alunos/as, perceptível na fala a seguir:

De maneira nenhuma. Eu já deixo bem claro com todos os alunos e colegas que sou lésbica, casada e com filhos. Quando eu iniciei meu doutorado eu sentia dificuldade de assumir minha sexualidade porque convivia com professores casados, com filhos e eu ainda estava iniciando um namoro, mas depois que mudei para Guaíra eu me liberei um pouco das amarras (FABIANA).

Destacamos aqui a resposta de um dos entrevistados, que relatou a postura de seu superior em conversa sobre outro colega que seria contratado:

Quando entrei na escola, quando fui contratado, não pude assumir todas as aulas, então a diretora perguntou se eu conhecia alguém que poderia pegar mais algumas aulas, então, eu indiquei uma pessoa que era homossexual assumida, daquelas que levantava a bandeira mesmo, e a diretora analisou a vida da pessoa, ela pesquisou no Facebook e viu esse professor vestido de mulher em alguma festa não sei, mas viu ele montado. Aí ela falou para mim que não poderia contratar ele porque a cabeça dos moradores da cidade era diferente da nossa cabeça. O pensamento deles era diferente então ela preferia não contratar um professor totalmente assumido porque poderia ter problema com os pais dos alunos. Então resumindo, eu sentia necessidade de omitir que era homossexual para não ter problemas com a família dos alunos e para não ter problemas com preconceito mesmo, embora eu acredite que a direção e os colegas de trabalho todos sabiam (HUGO).

Percebemos nesse caso que, mesmo que o docente tivesse alguma intenção em “sair do armário”, ele optou pela omissão de sua sexualidade, já entendendo que teria possíveis ‘problemas’ com alguns pais e/ou responsáveis pelos/as alunos/as, mas, sobretudo, ao ter algum tipo de ‘problema’, não teria o apoio necessário da direção da escola, em sua defesa,

que claramente se posicionou desfavorável à contratação de outro professor por ser uma pessoa assumidamente homossexual. A palavra ‘problema’, representativa da fala do professor, expressa o modo como a sexualidade que não se enquadra na cisheteronormatividade tem sido representada. A sexualidade é vista como um problema, salientando-se a necessidade de agir no sentido de corrigir e/ou silenciar questões que possam trazer problemas para a ingênua paz estabelecida no ambiente escolar. O termo problema parece ressaltar que o debate sobre a sexualidade de um modo geral é algo fora do que é considerado normal pela sociedade. Tudo o está fora dessa normalidade é considerado proibido. Foucault (1988) propôs análises acerca das sexualidades em diferentes produções teóricas.

[...] em seus estudos, [Foucault] não se propôs a fazer a sociologia histórica da proibição, mas a história política de uma produção de "verdades". Dizia que vivemos em uma sociedade que produz discursos tidos como verdades. Essa produção de "discursos verdadeiros" resulta na formação de poderes específicos. Assim, sustenta que as "verdades" produzidas em relação a sexualidade tornou-se um problema no Ocidente, uma vez que levaram à repressão sexual. (RIBEIRO, 1999, p. 359).

Nesse contexto, ao recuperar as produções foucaultianas, Ribeiro (1999) reflete sobre os modos como as questões relacionadas à sexualidade propiciam noções de normalidade e, portanto, da constituição de certa “hipótese repressiva”<sup>6</sup>. Na educação, esse processo se consolida na constituição de discursos que estabelecem apagamentos, censuras e barreiras que forjam e direcionam as identidades não-normativas para dentro do armário.

Sair do armário nem sempre é fácil. Com o decorrer do tempo esse quadro tem se alterado, mesmo que ainda a passos lentos, permitindo às pessoas certa liberdade para escolherem se querem estar alocadas nessa trama ou em seus interstícios.

Claro que o fato de uma sociedade ser mais ou menos aberta à homossexualidade influenciará fortemente a decisão dos sujeitos de “saírem ou não do armário”, o que implicará maiores ou menores conflitos em face da maior ou menor homofobia nela existente. Mediante crescente desejo e necessidade de visibilidade, parece haver em nossa sociedade um número cada vez maior de homossexuais que não se escondem mais. Isto é consequência de um conjunto de transformações sociais que criou as condições para que, especialmente nas grandes cidades, homens gays e mulheres lésbicas não mais se curvem às pressões homofóbicas de seu meio circundante, até porque estas pressões estão cada vez menores, dada a maior liberalização dos

---

<sup>6</sup> A hipótese repressiva é questionada por Michel Foucault (1988), no livro *A história da Sexualidade I: a vontade de saber*, visto que, para o autor, na História da Sexualidade há uma proliferação discursiva que busca fazer falar sobre o sexo (e a sexualidade), não necessariamente para que estas sejam livres, mas que possam ser controlados, vigiados, normatizados. Assim, impõe-se uma vigília constante às sexualidades não-normativas, por meio de uma incitação ao discurso e a falar sobre a sexualidade.

costumes, especialmente a partir da diminuição da ascendência de valores religiosos e da laicização do Estado<sup>7</sup> (MELLO; GROSSI; UZIEL. 2009, p. 166).

Conforme já citado, uma das entrevistadas teve preferência em realizar o depoimento de forma individual, pois queria evitar a exposição. Segundo ela, poderia estar na mesma entrevista alguém que a conhecesse e assim surgir boatos de que estaria participando de uma pesquisa sobre docentes LGBTTQIA+. Percebemos aqui, por parte da docente, a dificuldade em se expor e o medo, de alguma forma, de ser julgada por sua sexualidade.

Embora sejam relatos diversos, podemos refletir que existem pontos positivos e negativos no que diz respeito ao docente estar “dentro ou fora do armário”. É fato que o medo se apresenta enquanto um ponto negativo dentre de alguns relatos, pois a preferência por omitir a sexualidade para evitar possíveis problemas com alguns responsáveis faz com que o enfrentamento relacionado ao preconceito contra a homofobia, independentemente da situação, se torne enfraquecida. Também a falta de segurança relacionada ao apoio e ao medo de possivelmente perder seu emprego, faz com que os/as docentes mantenham discrição em relação a sua sexualidade.

Ao mesmo tempo podemos analisar outra perspectiva assinalada na fala da professora Fabiana, casada, com filhos e aberta à exposição da sua sexualidade. Não somente o fato de ser casada e ter filhos, mas sua imponência diante das situações, mostrando que sua competência profissional não é influenciada por sua sexualidade. Além disso, vale ressaltar que todos os professores/as entrevistados/as demonstraram satisfação em relação ao reconhecimento profissional dentro das instituições em que trabalham, tanto por parte da direção, como por parte dos/as colegas de trabalho, demonstrando que apesar das barreiras relacionadas ao reconhecimento pleno da sua identidade (ou o medo do não reconhecimento, em alguns casos), não tem havido interferências diretas em relação às vivências profissionais dentro do ambiente de trabalho.

## **TRANSEXUALIDADE NA DOCÊNCIA**

Pensando no universo da transexualidade, no qual se estabelece a incompatibilidade binária ao modelo cisgênero (decorrência sexo → gênero → desejo), entrelaçado ao contexto escolar, uma das entrevistadas foi uma professora transexual. Dessa forma, argumentamos

---

<sup>7</sup> Importante ressaltar que na atual conjuntura vivemos um movimento de retorno aos neoconservadorismos que têm provocado avanços significativos de setores da sociedade que querem o retorno (ilusório e, em muitos sentidos, hipócrita) às “estruturas” (família “tradicional”, influências da religião em setores tidos laicos, etc.).



sobre a vivência destes profissionais no ambiente educacional, já que ainda existe uma padronização de normalidade “cis/hétero” culturalmente estabelecida pela sociedade.

Durante a entrevista, percebemos que a segurança da professora com todas as questões relacionadas a ser transexual, de alguma forma, possibilitou a conquista do respeito de colegas e alunos/as. Para discutir sobre as intolerâncias e partindo do pressuposto de que há uma grande evasão escolar dos alunos LGBTTQIA+, possivelmente por motivos relacionados ao preconceito, uma das perguntas para a professora foi: Quais medidas você toma e quais devem ser tomadas para combater o preconceito no ambiente escolar?

Nos meus primeiros dias de aula eu converso, falo e esclareço tudo. Quem eu sou, esclareço que meu papel é ensinar e aprender, mas estou aqui como professora e não estou aqui pra julgar e ser julgada. Uma medida é falar sobre o tema e isso está na BNCC. Não só superficialmente. Por mais que, em parte, o governo não quer que fale sobre esses temas, a BNCC tem e a escola que eu trabalho me dá a liberdade para trabalhar esse tema dentro da sala de aula (MARIA).

Constatamos aqui que a docente conquistou respeito desde o início, a partir do esclarecimento sobre seu papel como docente na instituição, reiterando que julgamentos precipitados não levam a lugar nenhum. Ainda, demonstrando que é muito importante a discussão sobre a sexualidade e as identidades de gênero na sala de aula, vislumbrando possibilidades de constituição de outros cenários possíveis, mais equânimes e igualitários. Podemos considerar essa atitude positivamente, entendendo que nem todas as instituições aceitam a discussão e que ainda existem muitos desafios a serem superados, inclusive no que diz respeito a esses debates dentro das políticas públicas e educacionais. Tem sido complexo levantar esse debate dentro das instituições.

Falar sobre nem sempre é tão fácil e confortável, uma vez que, como educadoras, esbarramos em dificuldades para desenvolver temáticas diferenciadas, devido à falta de investimento governamental, às carências de nossas formações iniciais, à pressão dos cronogramas e do ensino dos conteúdos escolares, às barreiras impostas pelas equipes diretivas, pedagógicas e por parte das famílias de alunas (que nos impedem de assumirmos a corresponsabilidade nos debates das questões sociais contundentes). Além disso, ainda temos a interferência de bases ideológicas ativadoras de tabus, preconceitos, pensamentos do senso comum e certos dogmas religiosos que, como obstáculos, competem com a educação consciente, problematizadora, científica e cidadã nas escolas. (FURLAN; CARVALHO, 2019, p. 61)

Na fala das pesquisadoras percebemos que, embora exista a dificuldade, o debate tem sido realizado, mesmo diante de muitos desafios. Ao falar em desafios, é importante refletir sobre o que a sociedade considera como normal em relação ao gênero. Existe uma grande confusão quando se discute gênero e sexualidade principalmente quando as pessoas não

conseguem distinguir o gênero e a sexualidade, como identidades distintas, embora correlacionadas. A pesquisadora Deborah P. Britzman comenta sobre isso em seu artigo intitulado “O que é isso chamado amor”.

Essa confusão entre gênero e sexualidade parece ser mais notada quando, por qualquer razão, certos corpos não podem ser facilmente ‘lidos’ e fixados como mais uma confirmação dos discursos da universalidade e da natureza. Estou chamando atenção, aqui, para aqueles corpos que são vistos como cometendo uma traição à “naturalidade” e, portanto, à normalidade do gênero e do sexo. A perturbadora questão “O que você é? Um garoto ou uma garota?” pode também significar “O que você é? Um gay ou uma lésbica?”. O pressuposto universal – ao menos até que seja perturbado – é que “todo mundo” é, ou deveria ser, heterossexual e que a heterossexualidade é marcada através de rígidos binários de gênero. A transgressão de fronteiras generificadas resultará provavelmente no questionamento social da identidade do/a transgressor/a, bem como na penalizante insistência de que formas de masculinidades e feminilidades devem ser estabelecidas como rigidamente opostas, como desvinculadas do processo de construção social (BRITZMAN, 1996, p. 76-77).

Esse tipo de confusão é uma adversidade que existe e que precisa ser atravessada para que se consiga o respeito das pessoas e isso pudemos evidenciar na fala da professora quando perguntamos se ela já havia sofrido preconceito ou algum constrangimento, relacionado à sua identidade afetivo-sexual por parte dos/as alunos/as.

No meu primeiro ano em sala de aula, quando eu cheguei todo mundo tinha dúvida, se eu era ou não era e ficava naquela. Um aluno do 8º ano, uma vez gravou minha aula com o celular embaixo da carteira e mandou mensagem no grupo tirando sarro da minha voz, me chamando de girafa e que eu era estranha. Tinha uma mãe de aluno que estava no grupo, disfarçada de aluno e contou pra orientação. Eu fiz um BO contra o aluno, os pais responderam, só que chegou na primeira audiência eu já não dei mais encaminhamento, porque eu vi que não foi porque ele quis. Foi sobre pressão de outros alunos (MARIA).

Reafirmando o que já foi discutido, a conquista por respeito é uma luta árdua. Se nenhuma medida fosse tomada por parte da docente, o fato se repetiria inúmeras vezes e a mesma não conseguiria realizar o seu trabalho. E, é importante frisar que as medidas dizem respeito não só a visibilizar e buscar alternativas legais para a garantia de sua existência e do respeito ao seu trabalho, mas a garantir que no contexto educacional e na sua prática como docente, essas questões não sejam ignoradas e naturalizadas. Segundo a mesma sempre que possível discussões são realizadas durante suas aulas.

Eu sempre quando posso, toco nesses assuntos e muitas vezes são os próprios alunos que puxam o assunto sobre isso. Eu sinto que aqui eles estão muito avançados em relação a isso. Outro medo que eu tinha era esse, da aceitação dos alunos em relação a minha sexualidade. Mas eles me tratam super bem. Então sempre que eu tenho oportunidade eu abordo sobre esse tema. A Escola é lugar de formação de caráter, de opiniões e de pessoas é a base de tudo. E se a gente quer formar bons cidadãos, a gente tem que pensar sobre a violência física, verbal e então, eu acho que a gente

tem que abordar sobre o respeito para evitar a discriminação e a violência. Falando sobre respeito, a gente fala sobre a sexualidade (MARIA).

O trabalho e a vivência da docente estão balizados na luta pela resistência e um trabalho consciente dentro de sala de aula. Como a mesma coloca ao final da entrevista que, “resumindo tudo temos que resistir. Eu sou resistência quando me coloco enquanto professora” (MARIA).

## **O PRECONCEITO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Em nossa sociedade, ainda são recorrentes os casos de desrespeito às diferenças e minorias e quando se trata de situações relacionadas à sexualidade das pessoas, os desafetos são intensificados exacerbadamente. A LGBTfobia é resistente principalmente dentro das instituições escolares. Quando falamos em preconceito, nos referimos à juízos emitidos aos nossos valores antes mesmo de conhecer, ou seja, conceitos antecipados ao conhecimento das realidades. Percebe-se também que muitas vezes esse tipo de intolerância no ambiente escolar ainda é mascarado, pois percebemos muitas vezes alguns discursos de pessoas que se dizem empáticas, mas que na verdade preferem não se manifestar a favor das diferenças e ainda, pelas costas, disseminam a aversão contra o público LGBTQIA+. Para o pesquisador Roger Raupp Rios preconceito e discriminação são termos correlatos que são usados de modo intercambiado.

Por preconceito, designam-se as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo discriminação designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos. O primeiro termo é utilizado largamente nos estudos acadêmicos, principalmente na psicologia e muitas vezes nas ciências sociais; o segundo, mais difundido no vocabulário jurídico (RIOS, 2009, p. 54).

É notório que esse tipo de preconceito/discriminação, a LGBTfobia, acontece dentro da escola, mas que, acima de tudo, ela também se propaga dentro dos lares e na sociedade como um todo. Habitualmente vemos crianças que já nos primeiros anos de escola se mostram intolerantes a tudo o que não seja o que os pais consideram “normal”, como por exemplo, um menino vestido de rosa, ou uma menina que use tênis azul. Sabendo que existem exceções e acreditando na educação como ferramenta transformadora e construtora de cidadãos/as eticamente comprometidos com a vida, entendemos que um trabalho minucioso

precisa ser realizado para que, cada dia mais, ocorra mudanças em atitudes discriminatórias, principalmente dentro das escolas.

A discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais. Entende-se a prática discriminatória como a valorização das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas. A educação é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. Nesse sentido, a escola é um espaço de socialização para a diversidade (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 9).

Toda escola precisa ser um espaço de socialização para a diversidade e todos os agentes da educação precisam estar sintonizados na mesma frequência no combate à discriminação e a LGBTfobia. Hoje sabemos que isso não acontece (e/ou que há resistências a um trabalho efetivo que lute contra LGBTfobias) e a exemplo disso vimos depoimentos anteriormente apresentados, onde a autoridade máxima de uma instituição optou pela não contratação de um professor porque ele era uma pessoa bem resolvida com sua sexualidade.

Ponderando esses aspectos e na finalidade de elucidar outras situações similares, uma pergunta realizada na entrevista argumentava se os docentes já haviam presenciado situações de preconceito e/ou discriminação com relação à identidade afetivo-sexual no ambiente escolar com outros/as sujeitos (professores/as, alunos/as, etc.). As respostas mais relevantes estão descritas a seguir.

Já vi alguns professores que tem alguns “trejeitos”. Tipo alunos comentando sobre eles. Mas pra mim sempre falaram que eu não tinha jeito de gay (PEDRO).

Onde eu trabalho é uma faculdade de ciências agrárias. Dizer que não existe preconceito seria difícil. Eu sou quase uma representante homossexual da faculdade, até mesmo porque tem muito gay e muita lésbica. Eu vejo muita piada com relação aos homossexuais que não vão dar conta de trabalhar porque são mais frágeis, mais sensíveis e não conseguem fazer um serviço braçal. Ou então que não vai pro campo com ele porque lá não tem banheiro e não vai “mijar” do lado do cara. São N situações. Quando uma aluna vai de blusa mais fechada, mais masculina, corta o cabelo mais curto já é taxada de lésbica (FABIANA).

[...] encontramos situações onde eu incluía atividades ditas masculinas como futebol, porque principalmente no meio das aulas eu influencio as meninas a participarem e participo com eles, também jogo com eles eu sempre incito falando que isso é pra meninas também, que a professora também jogava, que a professora tem medalhas e eles não acreditavam muito. Aí eu via preconceito, como crianças que diziam que menina não podia jogar, e assim eu ia desconstruindo isso com eles. Agora com os outros colegas, eu percebo assim, que os alunos maiores de 4º e 5º ano às vezes faziam piadas com professor porque ele foi com a camiseta rosa ou porque o professor na aula de arte fez uma musica e dançou então eles tem sim esse preconceito (ALICE).

Averiguamos a partir desses relatos que, embora não tenham sofrido nenhum preconceito direto, os/as professores/as vivenciaram situações onde a discriminação está presente e, conforme já discutido anteriormente, parte dessa hostilidade, os/as alunos/as trazem de outros lugares, de influências internas e externas ao ambiente educacional, disseminando o preconceito e contribuindo para propagação da LGBTfobia. Podemos perceber, nessas narrativas, que esse preconceito se dissemina em todos os estágios da educação, pois são professores/as que atuam desde o ensino fundamental até a educação superior e em todas as etapas essa intolerância está presente.

Interessante sublinhar que no relato da professora Fabiana a LGBTfobia está associada ao machismo a partir do momento que os/as alunos/as vinculam o fato de um gay ser mais afeminado à fragilidade e incapacidade de realizar um trabalho que exige força. A interpretação nas falas é que quanto mais próximo ao ser feminino, menos competência a determinadas atividades a pessoa vai possuir. “O feminino tem sido construído como subordinado ao masculino, o que favoreceu aos homens uma situação de prestígio, privilégio e poder” (SANTANA, 2010, p.75), sendo assim o LGBTQIA+ afeminado se torna subordinado a qualquer figura mais masculinizada. Tanto nas organizações quanto na sociedade existe uma rejeição ao que é tido como feminino e os comportamentos associados à feminilidade devem ser evitados, principalmente em homens (MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017).

Outro fato evidenciado é o preconceito relacionado aos estereótipos binários, como por exemplo, se a menina tem o cabelo curto, usa uma roupa eventualmente considerada mais masculina, provavelmente será considerada lésbica. Ou o fato de o menino não poder brincar com uma boneca, usar roupas rosa ou ter cabelo longo, restringindo-o a vivências específicas daquilo que se considera como masculino. Verificamos então que desde a educação infantil ao ensino superior, são repetidos alguns estereótipos que padronizam comportamentos, onde alguns estereótipos são explicitados e utilizados como determinantes do gênero e da sexualidade tidos como “normais” e aceitos na sociedade.

Reitero a fala da professora Maria quando afirma que temos que resistir e, nessa perspectiva, a resistência só é possível quando propiciarmos a valorização de toda a diversidade presente no ambiente escolar, enfatizando noções de respeito e de uma educação efetiva que compreenda de fato a função social da escola.

A escola é um espaço repleto de diversidades representadas pelas marcas corporais de todos os sujeitos que ali estão, vivenciadas e construídas num contexto real. Portanto, são nos seus corredores, pátios e salas de aula que crianças, jovens e

adultos têm a oportunidade de conviver com a multiplicidade de identidades sociais existentes na sociedade e, a partir dessa convivência, colocar em prática os mecanismos sociais de aceitação ou rejeição aprendidos e ensinados pelos sistemas culturais nos quais estamos inseridos (FRANCO, 2009, p. 127).

É urgente e necessário que se trabalhe para que a escola seja colocada enquanto espaço diversificado onde se respeita as diferenças. Enquanto isso não acontecer, a escola continuará sendo ambiente de produção das situações aflitivas para o público que mais precisa de apoio, que sofre o preconceito e a exclusão por ser diferente.

## **EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE**

Dialogando rapidamente sobre a educação no Brasil, vemos que se iniciou com a chegada dos jesuítas no nosso país. Desde então, religião e educação caminharam juntas durante muito tempo, se é que até hoje não caminham juntas. Embora seja um assunto muito amplo e que perpassa muitas abordagens vale refletir que esse histórico talvez seja o responsável por muitas das barreiras que nós, homossexuais, atravessamos ainda hoje, haja vista que alguns pressupostos defendidos por correntes religiosas seguem na direção da invisibilização de identidades que não se enquadram na lógica binária e heteronormativa (NUNES; SILVA, 2000). Ao ser decifrada como algo inaceitável, por grande parte da sociedade, a homossexualidade acaba sendo inadmissível no ambiente escolar. E historicamente, sendo considerado um exemplo a ser seguido, o professor jamais poderia relacionar sua vida profissional com questões ligadas à sua sexualidade, sobretudo à sexualidade dissidente.

O mestre – e o jesuíta é seu exemplo mais perfeito – é cuidadosamente preparado para exercer seu ofício. Ele se torna um “especialista da infância”, ele domina os conhecimentos e as técnicas de ensino, as armas para a conquista das almas infantis e para a sua vigilância, ele sabe graduar seus ensinamentos, estimular a vontade, treinar o caráter, corrigir com brandura – ele é o responsável imediato e mais visível da formação dos indivíduos (LOURO, 1997, p. 92).

Analisando que se esse/a professor/a precisa ser o exemplo “perfeito”, não possuindo liberdade para trazer aos seus/suas alunos/as temáticas relacionadas sobretudo à sexualidade (fora da norma), ele acaba não debatendo temas e contemplando aqueles/as alunos/as que estão em fase de compreensão de suas identidades e sexualidades. Crianças, adolescentes, jovens, alunos/as de todas as idades se encontram mergulhados na solidão de ser homossexual e não poder dialogar sobre sua vida na escola que é o ambiente onde se entende grande parte dos aspectos sociais da sua vida. Se ao menos os livros didáticos suscitassem assuntos

relacionados ao tema, mas o que se encontra nesses instrumentos didáticos remete a preconceitos relacionados às sociedades patriarcais e heteronormativas, como o machismo, por exemplo. Quando os materiais didáticos apresentam um outro viés, valorizando a diversidade, em geral, tem sido restritos a poucas escolas e/ou retirados de pauta por movimentos conservadores que tem invadido os espaços educacionais com crenças e valores que ignoram a diversidade e as diferenças.

A diversidade sexual comparece nas escolas e nos instrumentos pedagógicos de modo diferenciado. Tende a ser invisibilizada, é escassamente tematizada como conteúdo didático/pedagógico, e frequentemente a homofobia é subestimada em seus efeitos danosos às crianças e adolescentes. Não se sabe, a princípio, quem é ou não homossexual. Muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no (a) professor (a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11).

Em algumas entrevistas realizadas reafirmamos esses aspectos. Professores/as que preferem omitir sua sexualidade na finalidade de evitar problemas com familiares, ou até mesmo com receio de perder seus empregos, na verdade estão deixando de contemplar e ser, de alguma forma, um tipo de alicerce para aqueles/as alunos/as que se encontram em pleno desenvolvimento cognitivo e que ficam prejudicados por não saberem como lidar com essas questões que os atravessam.

Os/as professores/as entrevistados/as evidenciaram acreditar na importância da discussão sobre gênero e sexualidade na sala de aula, mas entendendo a dificuldade em se trabalhar o tema em suas escolas, ressaltam que o trabalho vai além da sala de aula. Acerca disso foi perguntado a todos/as quais medidas poderiam ser tomadas para combater o preconceito no ambiente escolar.

Acho muito complexo falar sobre isso porque a gente precisa entender o contexto. A gente tem que ver o lugar que você tá trabalhando, o público que você tem e tem que fazer um estudo detalhado pra saber quais medidas vai tomar. Porque se for trabalhar, sem um estudo mais preciso você acaba atrapalhando, tomando medidas erradas. Eu não saberia que medidas tomar. Acho que acima de tudo é o diálogo. Sempre conversar sem empurrar de goela abaixo porque isso pode ser traumático. Então dialogar é o melhor (JOÃO).

Acho importante e essencial trabalhar isso. Mas eu penso em 3 esferas. A do professor. Preparar o professor pra isso. A esfera do aluno na sala de aula e também a esfera do aluno em casa. Isso precisa ser trabalhado primeiramente em casa. É muito difícil trabalhar isso sem ter a base de casa. A criança não nasce com preconceito, ela aprende isso em casa. Então trabalhar a família é muito importante e acredito que seja o mais difícil. Não adianta eu ensinar meu aluno que ele não pode ter preconceito e tirar sarro do outro só porque tá com uma roupa cor de rosa e esse aluno chegar em casa, contar pro pai e o próprio pai falar com preconceito sobre

isso. É um trabalho muito árduo que já deveria estar sendo trabalhado e eu não vejo nada diferente até agora. Mesmo com a BNCC contemplando. Infelizmente ainda é uma minoria os pais que trabalham para sanar o preconceito. Temos que ter uma formação sólida sobre isso (HUGO).

Acredito que tem que ter psicólogo e assistente social pra trabalhar esses assuntos com todos (PEDRO).

Identificamos nesses relatos que existe uma preocupação em se trabalhar o tema na formação dos/as alunos/as, mas que, sobretudo existe o entendimento por parte dos/as profissionais de que esse trabalho não é só do/a professor/a, mas também da família, talvez até em primeiro lugar, porém compreendem que muitas famílias balizam seus valores em perspectivas pouco inclusivas e de reconhecimento à diversidade. Pensando assim, podemos arriscar a dizer que o trabalho é mais árduo do que se imagina. Trabalhar contra LGBTfobia com as famílias é uma função que envolve a sociedade, de modo geral, todos os outros setores sociais e talvez estejamos bastante distantes de se conseguir uma mudança efetiva, mas é algo que não se pode deixar de lado, embora seja evidente que até mesmo para muitos/as professores/as esse debate ainda é considerado um tabu. Fica evidente também a dificuldade de tratar com a naturalidade devida o tema das sexualidades, de modo geral, não apenas das sexualidades dissidentes. Enquanto a escola e a sociedade não ultrapassarem barreiras relacionadas à essas interdições aos debates sobre a sexualidade, falar de LGBTfobia ainda continuará sendo uma dificuldade explicitada.

Além disso, para que o trabalho seja realizado com mais eficácia dentro das instituições de educação, é necessária uma formação mais sólida para que os/as professores/as possam ter mais segurança ao dialogar sobre um assunto ‘considerado’ tão delicado, mas que atravessa a vivência de qualquer sujeito. Como aparece no relato registrado anteriormente, “porque se for trabalhar, sem um estudo mais preciso você acaba atrapalhando, tomando medidas erradas (JOÃO)”. Para que esse estudo seja mais preciso, surge a necessidade de formações, tanto inicial como continuadas, que levem a temática de gênero e sexualidade. Assim, como ressalta uma das entrevistadas,

Uma coisa que eu acho que deveria ser feita, era começar pela capacitação dos docentes, da coordenação, da direção sobre o assunto. Trazer pessoas capacitadas para dar palestras, cursos, porque nós estamos século XXI e o assunto já evoluiu. Lá (na escola) tem gente tá formada há 30, 40 anos e que não aprendeu nada sobre isso e não teve, a partir da sua faculdade, esse conhecimento. Hoje já passou quantas décadas, então a pessoa precisa daquela formação continuada que é um grande facilitador desse processo de entendimento da questão de gênero e sexualidade dentro da escola e não começar pelos alunos, mas sim pelos professores, diretores e coordenadores (ALICE).



Visivelmente percebemos que esses/as professores/as percebem a necessidade do debate e de aperfeiçoamento enquanto mediadores/as dessas questões. Mesmo existindo, em pequena escala em alguns lugares, o desenvolvimento de ações no combate a homofobia, isso se torna insuficiente já que os efeitos da homofobia se alastram socialmente.

[...] é preciso considerar que, embora louváveis, ações isoladas tenderão a produzir efeitos limitados enquanto os temas da diversidade sexual estiverem ausentes da formação inicial e continuada de profissionais da educação e não comparecerem de maneira nítida e bem articulada nas diretrizes para os sistemas de ensino (JUNQUEIRA, 2009, p. 164).

De fato, existe uma grande batalha e não são raros os exemplos de tentativas de implementação de políticas de combate e prevenção à LGBTfobia (infelizmente sem efetividade, por descontinuidades políticas), como é o caso do programa Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual<sup>8</sup>, importante instrumento político para a visibilidade de ações específicas de enfrentamento da homofobia. Porém, por meio das entrevistas, percebemos que essas ações efetivas ainda não conseguiram um alcance de toda a educação brasileira, já que os/as professores/as em questão clamam por auxílio. É importante frisar que esses programas foram praticamente extintos no governo atual e esse desmonte começou antes disso. Mas, se acentua com ações e políticas, em muitos aspectos cerceadoras desses debates, instauradas por representações no cenário atual. Já na sua implementação, proposta como o Brasil sem homofobia foram alvo de críticas e censura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bastante complexa a discussão acerca do gênero e sexualidade dentro do contexto educacional. Isso ficou evidente quando, mesmo que a partir de uma pequena porcentagem de opiniões, ouvimos os maiores envolvidos no contexto: Professores/as homossexuais. Essa complexidade se evidencia a partir do momento em que nos deparamos com esses/as docentes que trazem o medo de enfrentar possíveis problemas e acima disso uma possível demissão, pelo fato de trazer à tona um debate tão importante sobre gênero e sexualidade atrelado ao

---

<sup>8 8</sup> O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, seria uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. O termo GLBT, não mais utilizado, foi o termo adotado à época da política, para o fortalecimento das ações de promoção da cidadania LGBTQIA+. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)

receio de, pelo fato de ser homossexual, ser taxado como uma “má influência” para os/as alunos/as.

Observamos a partir dessas análises que esses/as agentes ao exercerem sua profissão de docente não se desvinculam das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seus corpos, mesmo que não levantem uma bandeira explícita da causa. Retomando nossa questão primordial da pesquisa é válido pensar, quais os processos simbólicos, culturais, históricos e linguísticos interferem na constituição das identidades desses/as sujeitos LGBT's e se consubstanciam na prática docente e no cotidiano escolar? A principal interferência não está na constituição das identidades, mas no fato de deixar o medo (real e/ou imaginário) se sobressair à possibilidade de intervenções no campo das discussões de gênero e sexualidade, respondendo à função social de promover uma educação igualitária, crítica e humana, sensível as causas relacionadas à diversidade.

Ao analisar os relatos dos/as docentes conseguimos enxergar uma pluralidade de sentimentos de insegurança por não ter uma formação continuada que alicerçasse seus discursos para o debate em questão. Percebemos que todos têm em comum a opinião de que a temática da sexualidade deveria ser discutida na escola, mas que, antes de qualquer coisa, sejam realizadas capacitações entre os agentes envolvidos (direção, coordenação, etc.), para que uma mesma linguagem seja desenvolvida e o trabalho realizado tenha um efeito maior na nossa sociedade.

Evidentemente o preconceito contra o público LGTBTTQIA+ existe, mas a pesquisa que realizamos vem afirmar que dentro das instituições de educação isso acontece e sendo a escola um local que necessitaria ser um espaço de acolhimento das diferenças, de formação de opiniões e de cidadãos conscientes com os problemas existentes, isso não deveria acontecer.

É na escola, mas também com o apoio da família e da sociedade, que o trabalho acerca do respeito à diversidade deve acontecer, propiciando a compreensão de que a sexualidade, em suas diferentes dimensões, não modifica ou interfere na constituição do caráter das pessoas.

Importante salientar que a pesquisa sublinha pontos positivos e isso se realça quando contemplamos o acolhimento das escolas de modo satisfatório para os/as docentes fazendo com que os/as mesmos/as se sintam amparados/as e disponham de entusiasmo para dar continuidade em suas profissões. Finalizamos com a reflexão de que, embora tenhamos um caminho longo a ser traçado, contra todo tipo de preconceito, existem avanços constantes no processo de transformação do ser humano e que cada dia mais as diferenças têm sido

respeitadas e chegará o tempo em que todos/as seremos igualmente valorizados/as e respeitados/as.

## Referências

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa estranha chamada amor? **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 1. n. 1, p. 71-96, fev. 1996.

CALIXTO, T. G. FRANÇA M. H. O. Lgbtphobia no ambiente escolar: desafios da prática docente. Universidade Federal da Paraíba. **3º CONEDU – Congresso Nacional de Educação**, 2016. Natal: RN.

FRANCO, N. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. Dissertação (Mestrado em 2009) Universidade Federal (UFU). Uberlândia, Minas Gerais, 2009

FURLAN, C. C. CARVALHO, F. A. Gênero: para além das disputas ideológicas, os amparos legais. In: OLIVEIRA, M. MAIO, E. R. (Org.). **Gêneros, sexualidade e diferenças**: categorias de análise, (des)territórios de disputas. 1. ed. Maringá: Eduem, 2019, v. 1, p. 61-82.

HALL, S. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997<sup>a</sup>.

JUNQUEIRA, J. D. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009. p. 161 – 194.

LIONÇO, T. DINIZ, D. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009. p. 9 – 14.

LOURO. Guacira Lopes. Currículo gênero e sexualidade: O “normal”, o “o diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 41-52.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

\_\_\_\_\_. Teoria queer. Uma política Pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, Florianópolis, p. 541 – 553, 2001.

MELO, L. GROSSI, M. P. UZIEL A. P. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 159 – 182.

MOLINA, Luana. Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

MOURA, R. G, Nascimento, R. P., Barros, D.F. O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado nas organizações. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n.11, 1478-1541, 2017

NUNES, César.; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, M.O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Rev. Esc. Enf**, São Paulo, v. 33 , n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

RIOS, R. R. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (org.)**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53 - 84.

SANTANA, A. M. Relações de Gênero no Contexto do Curso de Serviço Social e a Predominância do Sexo Feminino na Profissão. **Anais do Seminário “Gênero e Sexualidades em fluxo”**: interfaces científicas, pesquisa e insubordinações, Aracajú, SE, Brasil, 2010.

SEFFNER, F. **Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção das identidades(s) e da(s) diferença(s)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

SILVA, F.A. F. Narrativas de professores homossexuais na docência e no cotidiano escolar. **Encontro de pesquisa educacional de Pernambuco**. Garunhuns: 2014.